

Cenário político e econômico da Ditadura Civil- Militar: interesses capitalistas e populações indígenas no Brasil (1964-1985)

Maria Eduarda Oliveiraⁱ

Poliene Soares dos Santos Bicalhoⁱⁱ

Resumo: A expansão capitalista pelo mundo ocorre intimamente vinculada à colonização e à escravização, fatores de peso para o processo de acumulação de riquezas que possibilitou a atual conjuntura política e econômica dos países que adotam esse modo econômico. Tal processo levou, de um lado, ao enriquecimento e à industrialização de potências europeias e, de outro, ao massacre de populações nativas e à formação de Estados nacionais dependentes nos países colonizados. Nesse contexto, os povos indígenas se viram, durante mais de 500 anos de História do Brasil, no centro entre os interesses capitalistas e os objetivos de modernização e progresso almejados pela classe dominante. Isso levou à dizimação de populações e etnias, e à reestruturação violenta do modo de vida dos sobreviventes, o que ocorreu não somente durante o período colonial, mas também em outros períodos da atualidade, sobretudo durante o regime militar (1964-1985). A partir disso, o presente artigo, sob a ótica do materialismo histórico-dialético, propõe-se a analisar o contexto da Ditadura Civil-Militar, sua íntima relação com a economia capitalista e a violência promovida contra as populações indígenas nesse período.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; Povos indígenas; Capitalismo.

ⁱ Graduada em História e Mestra em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), na Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: me.oliveira1@hotmail.com

ⁱⁱ Doutora em História Social pela Universidade de Brasília (UnB). Docente do curso de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Atualmente está vinculada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). E-mail: poliene.soares@gmail.com

Cenário político e econômico da Ditadura Civil-Militar: interesses capitalistas e populações indígenas no Brasil (1964-1985)

OLIVEIRA, M. E.

BICALHO, P. S. S.

Political and economic scenario of the civil-military dictatorship: overlap of capitalist interests over indigenous populations in Brazil (1964-1985)

Abstract: Capitalist expansion around the world occurs closely linked to colonization and enslavement, important factors for the process of wealth accumulation that enabled the current political and economic situation in countries that adopt this economic mode. This process led, on the one hand, to the enrichment and industrialization of European powers, and, on the other, to the massacre of native populations and the formation of dependent national states in colonized countries. In this context, indigenous peoples have found themselves, during more than 500 years of Brazilian history, at the center between capitalist interests and the objectives of modernization and progress sought by the ruling class. This led to the decimation of populations and ethnicities, and the violent restructuring of the survivors' way of life, which occurred not only during the colonial period, but also in other periods today, especially during the military regime (1964-1985). Based on this, this article, from the perspective of historical-dialectical materialism, aims to analyze the context of the Civil-Military Dictatorship and its intimate relationship with the capitalist economy in the violence promoted against indigenous populations.

Keywords: Civil-Military Dictatorship; Indian people; Capitalism.

Introdução

A história indígena, desde o contato com o não-indígena, é repleta de luta e resistência contra os avanços das políticas de expansão e desenvolvimento em seus territórios. Essa história, que remete há mais de 500 anos, desde o suposto 'descobrimento' (invasão) da América, possui, infelizmente, aspectos de continuidade refletidos até os dias atuais, tendo a participação indígena, na maioria das vezes, ainda colocada como secundária e subalternizada, seja na atuação social, seja nas produções historiográficas e literárias.

De acordo com Marx¹, a história e seus grandes fatos ocorrem duas vezes, na primeira como tragédia, e na outra como farsa. Analisando a linha temporal da história indígena, recortada desde a chegada do colonizador português, no século XVI, até o período da Ditadura Militar de 1964, é possível visualizar as repetições e continuidades acerca do tratamento político dado a essas populações. Em um primeiro momento, a história nos mostra como o colonizador português, ao longo do processo de ocupação do território, se empreendeu na busca por novas regiões, sem considerar as populações nelas existentes, que passaram a ser retiradas de suas terras, realocadas e organizadas em aldeamentos, ou simplesmente assassinadas, varridas do vasto mapa brasileiro ainda em configuração. Essa foi a grande tragédia dos povos indígenas brasileiros, que se manteve progressivamente, ao passo em que o (*pseudo*) progresso conquistava cada vez mais novas terras, mesmo com o fim da colonização portuguesa.

Com a Ditadura Militar, a continuidade se efetiva, ou seja, a política desenvolvimentista cava, ainda mais fundo, nas raízes da brasilidade originalmente indígena, colonizando as terras que ainda não haviam sido economicamente integradas ao restante do país. Se a história se repete como farsa, no contexto da Ditadura Militar de 1964 essa farsa se acentua, pois, o inimigo dos povos indígenas continua sendo um estrangeiro vindo de além-mar, porém,

agora travestido das cores verde e amarela. E a farsa da Ditadura Militar, tendo contribuído para a conquista de novos territórios Brasil adentro (do Cerrado à Amazônia), conseguiu obliterar (mas não calar) boa parte da existência indígena que sobreviveu aos séculos de colonização.

A história das políticas governamentais sobre a terra e as populações indígenas demonstra fatores de continuidade, apesar de todas as transformações e rupturas inerentes à política nacional. Do período colonial ao período da Ditadura Militar, a redução dessas populações e a diminuição gradativa de seus territórios se mostrou uma tendência favorável ao desenvolvimento da economia capitalista no país, que, em grande medida, enxerga na terra o meio para a estruturação de seus modos de produção, expansão das áreas urbanas e da fronteira agrícola.

Com isso, o presente artigo objetiva analisar a questão indígena no período ditatorial, atrelando as ações da política desenvolvimentista dos governos militares aos interesses do capitalismo, processo em que os direitos básicos das populações tradicionais foram subtraídos em prol do lucro e enriquecimento de uma burguesia estrangeira aliada às elites nacionais.

A expansão capitalista e a questão da terra indígena

Os interesses mercantis do período da colonização do Brasil, em busca de metais preciosos e áreas para o cultivo de produtos de exportação, levou à dizimação e escravização de milhares de indígenas pelo território brasileiro adentro, em especial, ao longo do processo de expansão e exploração colonial para o Oeste. Na visão de Marx,

O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo. As “sociedades Monopolia” (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da

Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capita."

Foi essa a maneira utilizada pelas nações europeias para acumular riquezas, condicionando a Divisão Internacional do Trabalho e logrando às nações latino-americanas, africanas e asiáticas o "subdesenvolvimento". Não obstante, essa política expansionista se torna um fenômeno característico dos governos brasileiros no avanço do capitalismo pelas fronteiras nacionais, em suas respectivas fases e períodos, "movimento de expansão territorial que, invariavelmente, resultou e tem resultado no massacre das populações nativas, sua drástica redução demográfica e até seu desaparecimento"ⁱⁱⁱ.

Para compreender essas políticas, alinhadas aos interesses capitalistas, é necessário destacar alguns fatores que moldaram o governo nacional a um padrão de desenvolvimento, ou subdesenvolvimento, presente em boa parte dos países latino-americanos, bem como entender o contexto histórico em que se deu o golpe de Estado de 1964, que instaurou a Ditadura Militar no país.

Para Galeano^{iv}, a história do subdesenvolvimento da América Latina é a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. Desse modo, também os problemas que atingem os povos indígenas são um desdobramento direto do expansionismo capitalista, em que seu tão aclamado "progresso" e modernização só alcançam uma insignificante parcela da população, deixando a grande maioria, incluindo indígenas, quilombolas e ribeirinhos, bem como o proletariado urbano e rural, reféns dos interesses das grandes corporações, majoritariamente de origem estadunidense.

O autor atrela a expansão desse capitalismo, a partir das medidas ditatoriais, a um antigo interesse, ou melhor dizendo, à necessidade de recursos naturais dos Estados Unidos, sobretudo os de origem mineral, para alimentar sua

produção industrial. Esses recursos se encontram passíveis de exploração em áreas de vegetação nativa, que abrigam uma riquíssima biodiversidade, bem como as populações tradicionais. Desta forma, a presença indígena sobre áreas tão ricas em minérios representa um empecilho ao acesso estadunidense a essa riqueza, ao mesmo passo em que representa a garantia da sustentabilidade da biodiversidade local.

O governo nacional, sobretudo do período ditatorial, se apoiou em um discurso de carência de recursos, e, por isso, a “necessidade” de abrir o mercado nacional para os investimentos e exploração externa, o que ocasionou intensa retirada de povos indígenas de seus territórios e profunda e irreversível degradação ambiental nas áreas de exploração extrativista e agropecuária. Como ressalta Galeano^v, “na América Latina é normal: sempre se entregam os recursos em nome da falta de recursos”.

Nesse sentido, ao passo em que o Brasil depende, ou se mantém dependente, de investimentos externos, também os Estados Unidos têm, de certo modo, uma dependência do Brasil e de outros países detentores de matérias-primas. Porém, não de investimentos, mas sim de recursos, que serão encontrados nas condições ideais, isto é, a um preço extremamente baixo, com baixos custos de exploração, isenção de taxas e impostos e mão-de-obra barata, nos países subdesenvolvidos, em especial na América Latina. Segundo Galeano^{vi}:

A crescente dependência de provisão estrangeira decreta uma também crescente identificação entre os interesses capitalistas norte-americanos na América Latina e a segurança nacional dos Estados Unidos. A estabilidade interna da primeira potência mundial se mostra intimamente ligada aos investimentos norte-americanos ao sul do Rio Bravo. Cerca de metade desses investimentos é dedicada à extração de petróleo e à exploração de riquezas minerais, “indispensáveis à economia dos Estados Unidos tanto na paz como na guerra!.

Assim, desfaz-se o mito de que a expansão das atividades econômicas nas terras brasileiras seria benéfica ao desenvolvimento econômico e social da população, visto que esta, apesar de sustentar toda a produção com sua mão-de-obra, não recebe nenhuma parte dos lucros, enriquecimentos e investimentos, que são terceirizados a interesses privados. Nisso, entende-se que o enriquecimento do país não necessariamente significa enriquecimento ou mesmo melhoria do bem-estar da população, pois, os trabalhadores, em geral, foram excluídos dos benefícios da industrialização do país.

Entre os indígenas, os que não foram forçados a se ajustar a esse padrão de desenvolvimento ao serem transformados em mão-de-obra, convertidos à cultura dominante e integrados a esse padrão de sociedade nacional – não sem resistência e subterfúgios de sobrevivência física e cultural, foram removidos de seus territórios e apagados, ou ofuscados, da história nacional. Os que sobreviveram, 305 etnias^{vii}, mantêm um espaço de vivência e existência ainda marcado por lutas cotidianas por seu direito à terra e demais direitos específicos destes povos.

Essa continuidade observada remonta às necessidades do capitalismo de se sustentar como a economia dominante. Para Marx^{viii}, independente da forma final do processo de produção, ele deve antes ser contínuo ou percorrer periodicamente os mesmos estágios. Ao passo em que uma sociedade não pode deixar de consumir, não pode deixar de produzir. Nesse sentido, tendo a terra como principal meio de produção de riquezas, a economia capitalista nacional se expande pelas terras ainda ‘desocupadas’ no sentido econômico, as quais abrigam não somente as populações indígenas, como também ribeirinhos, quilombolas e camponeses. Assim, a história de expansão do capitalismo brasileiro é uma história de expropriação e apropriação das terras, fenômeno que tem na violência o principal artifício para tais conquistas.

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo.^{IX}

Para o trabalhador camponês, essa expropriação representa a retirada de seus meios de subsistência, forçando-o a se tornar um trabalhador assalariado, onde os centros urbanos são os principais atrativos devido ao maior e mais variado número de empregos encontrados. “Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador”^X.

Do mesmo modo como a terra é seu armazém original de meios de subsistência, ela é também seu arsenal originário de meios de trabalho. Ela lhe fornece, por exemplo, a pedra, para que ele a arremesse, ou a use para moer, comprimir, cortar etc. A própria terra é um meio de trabalho, mas pressupõe, para servir como tal na agricultura, toda uma série de outros meios de trabalho e um grau relativamente alto de desenvolvimento da força de trabalho.^{XI}

Para o indígena, essa expropriação representa a transformação radical e violenta de seu modo de vida tradicional, a ruptura de sua sociabilidade cultural e o massacre de signos religiosos que representam sua cosmovisão e sua própria existência. Por isso a importância de tratar esse fenômeno como um projeto, sistemático e organizado, que visa não somente retirar o indígena da terra, mas também suprimir os aspectos culturais que se interligam à vivência indígena, e suas possibilidades materiais e imateriais de existência, que são inerentes ao território.

Capitalismo e Ditadura Civil-Militar

Como mencionado anteriormente, todas essas ações políticas se deram a partir da inserção e difusão do capitalismo modernizante sobre as terras brasileiras. Esse processo ocorreu no contexto da Guerra Fria, em que a disputa ideológica entre EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) influenciou, ao redor do globo, conflitos, guerras e golpes de Estado. Os Estados Unidos, preocupados com uma possível chegada de influências socialistas à América Latina, como ocorreu fortemente em Cuba, viu que era necessário assegurar o domínio sobre os demais países latino-americanos, que representaria uma forte influência sobre a exploração de suas riquezas nacionais.

Nesse sentido, o Golpe de 1964 está inserido no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, a partir do qual, com a Guerra Fria, os Estados Unidos da América implementaram seu projeto geopolítico nas nações latino-americanas, auxiliando a imposição de ditaduras por todo o continente, mais ao sul, principalmente. Fato que assinalou no governo brasileiro o objetivo de instaurar o autoritarismo, que, de acordo com Carlos Benítez Trinidad^{xii}, “pretendia regenerar a democracia e a sociedade (com base nos valores tradicionais do Brasil, ou seja, a família, o catolicismo, a dominação branca etc.) diante do perigo dos movimentos políticos populares dos quais tanto medo tinham as elites”^{xiii}.

Dessa forma, a respeito da questão das terras indígenas, pode-se destacar alguns elementos que envolvem o conflito pela terra e o massacre indígena, como os recursos e riquezas existentes nessas terras, a política expansionista nacional, e o interesse capitalista por estes recursos, que encontrou nos militares a legitimação necessária para, finalmente, conquistá-los. Segundo Galeano^{xiv}, as esplêndidas jazidas de ferro do Brasil derrubaram dois presidentes, Jânio Quadros e João Goulart, até que o marechal Castelo Branco as cedesse à *Hanna Mining Company*. A partir de então, toda a política empreendida no período da Ditadura

Militar, sobre as terras indígenas, serviu apenas para assegurar o domínio estadunidense sobre esses recursos. O interesse norte-americano é claro, seu motor industrial e seu potencial de guerra dependem de fontes estrangeiras para o abastecimento dos minerais estratégicos, interesse este que aparece visivelmente vinculado à exploração das terras brasileiras, ocupadas pelos povos indígenas.

Assim, o governo brasileiro oferece isenção de impostos, e outros benefícios, para a colonização dos espaços ainda não tocados pela mão destrutiva do capitalismo. Nisso, observa-se que as políticas da Ditadura Militar, relacionadas aos indígenas e suas terras, foram competentes em prol dessa exploração, visto que, durante esse período de exceção, o Estado brasileiro se configurou como fator determinante para a espoliação de terras e genocídio dos povos indígenas ao implementar e estimular políticas desenvolvimentistas, legitimadas pelo discurso de “progresso” e modernização, necessário e obrigatório para a ascensão econômica do país. Como aponta Trinidad^{xv}.

Os militares que encenaram a “revolução” de 1964 se viam como fiadores e guardiões da civilização cristã ocidental que consideravam a alma do Brasil. Neste contexto, propuseram-se a acelerar o processo de ocupação e dominação deficitária tradicional do território, o que lhes permitiria cumprir com êxito os seus objetivos nacionais permanentes de segurança e desenvolvimento. Isso levou inevitavelmente a uma aceleração do contato e do choque com as populações nativas que, junto com aquela imagem do sertão indomável e selvagem que se espalhou “sem aproveitar”, ocuparam as terras “vazias”. A ideologia militar assentava em pressupostos tradicionais de humanização, civilização, integração e valorização do patrimônio econômico e territorial do Brasil com vista à concretização dos objetivos sociais e políticos tão almejados. Com esse horizonte como pano de fundo, os militares acreditavam que a sociedade entenderia a necessidade de repressão e vigilância como um sacrifício para atingir objetivos mais elevados (COELHO, 1998,

p. 16-17). E apesar de acreditarem ser os únicos atores que poderiam salvar o Brasil da barbárie do comunismo e do atraso, a verdade é que a ditadura militar introduziu o país em um episódio de capitalismo agressivo que significou a aceleração não só da expansão da brecha da desigualdade de classe e racial, mas também do secular sacrifício indígena.^{xvi}

Antes do período da Ditadura Civil-Militar, havia certas restrições à exploração de riquezas naturais, em especial os minérios no Brasil, sendo que o Código Brasileiro de Minérios sofreu súbitas transformações entre as décadas de 1930 e 1960^{xvii}. Em 1954, o Código Brasileiro de Minérios reafirmou alguns princípios nacionalistas a respeito do controle sobre as riquezas minerais do Brasil. Segundo Davis^{xviii}, um desses princípios separava a propriedade da terra e os direitos ao uso do solo de um lado, e a propriedade e o controle da riqueza do subsolo de outro. Outro princípio afirmava que a exploração de minerais deveria ocorrer mediante aprovação e licença do Governo Federal, em que tais licenças só poderiam ser concedidas a brasileiros ou a firmas organizadas no Brasil.

A empresa citada anteriormente, *Hanna Mining Co.*, sofreu, durante um tempo, devido a essas restrições legais. Entretanto, como destaca Davis^{xix}, em 1956 a empresa comprou ações na Bolsa de Londres, da companhia britânica de mineração *Saint John D'el Rey*. A Hanna se aproveitou dessa companhia para fazer prospecção de minério de ferro em Minas Gerais e iniciar sua exploração. Ao longo da década de 1960, o governo nacional levantou uma série de questões sobre a legalidade das atividades exploratórias da *Hanna* no Brasil. A empresa foi investigada por Jânio Quadros, em 1961, que questionou os direitos legais desta sobre a exploração do ferro. O até então presidente brasileiro assinou, em 21 de agosto de 1961, uma resolução no ano seguinte, que revogou as autorizações ilegais concedidas à *Hanna*, restituindo as jazidas de ferro de Minas Gerais à

propriedade nacional. Apenas quatro dias depois, Jânio Quadros foi forçado a renunciar por “forças terríveis”^{xx}.

Entretanto, o movimento organizado por Leonel Brizola no sul do país frustrou a tentativa de golpe dos militares, assegurando, assim, que o vice-presidente João Goulart assumisse a cadeira presidencial. João Goulart utilizou dados e informações levantados pela investigação de seu antecessor, sobre as atividades da *Hanna* no Brasil, como base para um decreto de expropriação^{xxi}. Nesse contexto, a situação política e econômica do país era de pura instabilidade e incertezas, com pressão interna da aliança entre militares, a burguesia nacional e parte da sociedade civil; e externa, do olhar ganancioso dos Estados Unidos e de grupos capitalistas, que já estavam ansiosos pela liberalização das terras brasileiras para a exploração. Assim, o golpe se efetivaria, instaurando um longo período de violência, genocídio, censura e repressão.

Já com o governo ditatorial, logo em seu início, a lógica das políticas de proteção aos recursos nacionais é invertida, abrindo caminho para a expansão das atividades da *Hanna* no Brasil. Davis^{xxii} não coloca como certa a influência da empresa no golpe militar, mas reconhece que com os eventos que se seguiram, não somente a *Hanna* como outras companhias multinacionais lucraram diretamente com as novas diretrizes para a mineração. Diretrizes essas que abriram as portas do subsolo brasileiro para a exploração estrangeira de suas riquezas, ou, melhor dizendo, para a colonização de seus recursos, que desde o início se deu de forma predatória e desenfreada. Assim, “progresso” e “desenvolvimento”, junto ao chamado “milagre econômico”, formaram apenas o palco externo de todo um cenário econômico nacional, parte de um discurso legitimador, em que os fins justificavam os meios. Entretanto, os meios questionáveis e não publicizados se concretizavam nos bastidores, escondidos

pela censura e a repressão; e os fins, ao abaixar das cortinas, nunca foram sequer vislumbrados pela sociedade brasileira.

Acerca desta relação dos EUA com o golpe militar, Bandeira^{xxiii} ressalta, por exemplo, que, no fatídico 31 de março de 1964, “o governo de Washington, a pedido do embaixador Lincoln Gordon, acionou a *Operação Brother-Sam*”^{xxiv}, como parte da campanha de desestabilização do governo de Goulart^{xxv}, tendo claro intuito à intervenção militar norte-americana no Brasil. O autor enfatiza que,

uma operação de tamanha magnitude, como a Brother-Sam, não se realizaria, certamente, sem a conivência e o conhecimento, pelo menos em suas linhas gerais, de alguns brasileiros. Havia a necessidade de coordená-la com a sublevação interna, que, sem o apoio imediato dos EUA, Goulart poderia reprimir. Por isto, e não por dedução, como alegaria Vernon Walters soube que a sedição de Minas Gerais ocorreria em 31 de março. A CIA colaborara com as diversas correntes de oposição a Goulart, e seus agentes reuniram-se, algumas vezes, com o marechal Odylio Denys, em casa do advogado Antônio Neder.^{xxvi}

Além disso, o forte argumento da ameaça comunista ao país, caso alguma atitude não fosse tomada, fora a ponta de lança para as insurreições contra João Goulart. Entretanto, sabe-se que tal argumento se baseia verdadeiramente nos interesses norte-americanos de controle e domínio do capital brasileiro. Afirmavam os militares, na sequência imediata do golpe, que não estavam indo contra o presidente, mas sim contra o comunismo. Comunismo este que, como afirma Bandeira^{xxvii},

era o CGT^{xxviii}, esse esforço de organização e unificação do movimento sindical, que as classes empresariais, pretendendo comprimir os salários, queria interceptar. Era a sindicalização rural. Era a reforma agrária. Era a lei que limitava as remessas de lucros. Era tudo que contrariava os interesses dos EUA, dos latifundiários e do empresariado. O comunismo era, enfim, a própria democracia que, com a

presença de Goulart na Presidência da República, possibilitava a emergência política dos trabalhadores.

O período que se segue é marcado por enormes contradições, entre as necessidades da sociedade e os interesses capitalistas, que não convergem na mesma direção. De um lado, a população, cada vez mais refém desses interesses; de outro, o sonho estadunidense sendo concretizado em terras brasileiras. Davis^{xxix} aponta as urgências do governo militar em atender à demanda do capital privado norte-americano. Ele destaca duas medidas providenciais, tomadas pelo governo ditatorial, logo no início desse sangrento período, e que asseguraram o domínio estrangeiro sobre parte das riquezas presentes em terras brasileiras.

Galeano^{xxx}, escritor latino-americano, por sua vez, diferente do brasilianista Shelton Davis, de origem estadunidense, vai mais a fundo acerca da relação do Golpe Militar de 1964 com os interesses da *Hanna* e de outras empresas estrangeiras. Ele destaca que, após o golpe, homens da *Hanna* ocuparam a vice-presidência do Brasil e três dos ministérios. E, a partir de então, o governo militar passou a entregar, de sobra, os recursos minerais nacionais.

Depois que cansaram de atirar na fogueira ou ao fundo da baía da Guanabara os livros de autores russos, tais como Dostoiévski, Tolstói ou Gorki, e depois ainda de ter condenado ao exílio, à prisão ou à sepultura um número considerável de brasileiros, a flamante ditadura de Castelo Branco pôs mãos à obra: entregou o ferro e todo o resto. A Hanna recebeu seu decreto de 24 de dezembro de 1964. Esse presente de Natal não só lhe dava toda a segurança para explorar em paz as jazidas do Paraopeba, como também garantia os planos da empresa de ampliar um porto próprio a 60 milhas do Rio de Janeiro e de construir uma ferrovia destinada ao transporte de ferro.^{xxxI}

Um dos principais eventos que assinalaram a conquista de novas terras para o capitalismo foi a construção da Transamazônica no norte do país^{xxxII},

durante o governo do presidente General Emílio Garrastazu Médici, que possibilitou a chegada da modernização^{xxxiii} para uma região pouco ocupada economicamente. O discurso político que legitimou esse projeto, encabeçado por Médici, era de que não somente a região seria integrada ao restante do país, mas outras regiões, como o Nordeste, que atravessava um período de seca e fome, seriam beneficiadas. A construção da nova estrada, segundo Médici, solucionaria os problemas agrários do Nordeste, levando a população sem-terra dessa região para as terras “despovoadas” da Amazônia. Nas palavras do ditador: “homens sem-terra no Nordeste, terra sem homens na Amazônia”^{xxxiv}.

Construir um sistema de rodovias através da imensa e ainda inexplorada Bacia Amazônica era um sonho dos planejadores brasileiros desde o regime de Vargas, nos anos 30. Em junho de 1970, meses após assumir o cargo de novo Presidente do Brasil, o General Médici tornou esse sonho realidade. “O problema inicial da Amazônia”, disse ele ao inaugurar a construção da Transamazônica, “é conseguir realmente conhecê-la. Para isso, é vital torná-la mais acessível e mais aberta. Portanto, a política do meu Governo dirige-se basicamente à realização de um gigantesco programa de integração com o duplo objetivo de exploração e colonização.”^{xxxv}

A partir disso, como não falar em continuidade da colonização nas terras brasileiras? Como não pensar em um projeto de esquecimento, quando uma terra habitada por milhares de grupos indígenas, ocupantes da região há séculos, é classificada pelo presidente como despovoada? Além disso, como esse projeto obteve êxito mesmo após mais de um século de Independência do Brasil em relação a Portugal? O discurso legitimador, somado ao contexto econômico da época, deram aval à imposição desse projeto. Assim, as medidas de desenvolvimento empreendidas pelo governo, no discurso, visavam a integração

econômica dessas regiões ao restante do país. Na prática, o interesse era integrar essas regiões ao capitalismo mundial.

O Programa de Integração Nacional (PIN), que foi a base das políticas econômicas do Governo Médici (1969-1974), e que substituiu a chamada “Operação Amazônica”, buscou assegurar a conquista de novas terras ao plano econômico nacional. Entretanto, a parte realmente nacional retirada dessa exploração é mínima frente a presença de capital externo, como aponta Davis^{xxxvi}. Segundo o autor, no período de divulgação do PIN, corporações estrangeiras e multinacionais dominavam os postos de comando da economia brasileira, controle que aumentou significativamente ao longo da década de 1960, contexto no qual mais da metade dos grupos econômicos do Brasil eram controlados diretamente por capital externo, e que a maioria dos grupos controlados por brasileiros possuía vínculos estreitos com investimento estrangeiro.

Galeano^{xxxvii} aponta, em números, a enorme desigualdade entre o domínio estrangeiro e o domínio nacional sobre a economia brasileira, a partir de dados levantados por pesquisas publicadas na revista do Instituto de Ciências Sociais, da UFRJ, em 1965, por Maurício Vinhas de Queiroz. Esse levantamento destaca que entre os conglomerados com capital igual ou superior a quatro bilhões de cruzeiros, mais da metade eram estrangeiros, e, em sua maioria, norte-americanos. Acima de dez bilhões de cruzeiros apareciam doze grupos estrangeiros e apenas cinco nacionais. A pesquisa ainda detectou dez grupos econômicos que exerciam monopólio virtual em suas respectivas especialidades, dos quais, oito eram filiais de corporações estadunidenses. Entretanto, segundo o autor, tudo isso parece brincadeira de criança para o que se seguiu durante o Governo Militar.

Entre 1964 e meados de 1968, “quinze fábricas de motores ou de peças para veículos foram deglutidas pela *Ford, Chrysler, Willys, Simca, Volkswagen e Alfa*

Romeo"; no setor elétrico e eletrônico, três importantes empresas nacionais pararam em mãos japonesas; os metais ferrosos caíram em domínio da Anaconda e os plásticos, produtos químicos e a petroquímica em domínio da *Union Carbide*; "a Companhia de Mineração Geral, uma das maiores fábricas do Brasil, foi comprada a um preço vil por um consórcio do qual participam a *Bethlehem Steel*, o *Chase Manhattan Bank* e a *Standard Oil*"^{xxxviii}.

Durante a Ditadura Civil-Militar, vários órgãos foram criados de modo a assegurar a estratégia de modernização conservadora, e, por conseguinte, o domínio estrangeiro sobre o Brasil, como a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), no intuito de implantar um polo industrial na região, bem como outros organismos de desenvolvimento regionais, como a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)^{xxxix}.

Segundo Neves^{xl}, essas medidas assinalaram, de um lado, uma tentativa de centralização da gestão do desenvolvimento do governo federal, e, de outro, possibilitou a ocupação por colonos nas terras, em uma expansão gradativa e intensa, que gerou maior exclusão das populações tradicionais, ou seja, caboclos, quilombolas, ribeirinhos e indígenas. Esses novos ocupantes tiveram apoio legal, com títulos de ocupação assegurados pelo governo federal, o que gerou um intenso conflito com os ocupantes originais, que foram considerados, na equação política militar, apenas como algo a ser subtraído.

A ocupação das regiões interioranas, disseminada pelas tendências modernizantes e pela perspectiva de desenvolvimento, teve no discurso legitimador do Estado militar um dos principais fatores para seu sucesso, visto que grande parte das atrocidades cometidas às populações tradicionais não chegaram ao conhecimento público, sendo mascaradas pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, pelos planos de integração e pelo

desenvolvimento de regiões consideradas atrasadas às urgências do capitalismo mundial, tendo como foco as regiões Norte e Centro-Oeste, que, historicamente, foram ocupadas pelos colonos em relação às demais regiões.

Segundo Evangelista^{XLI}, contudo, as políticas de ocupação dessas regiões não eram novidade, visto que, vez ou outra, na política nacional, aparecem como áreas a serem ocupadas e integradas economicamente, como durante a *Marcha para Oeste*, empreendida por Getúlio Vargas, que ecoou em Goiás com a construção de Goiânia^{XLII}; e o projeto desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek, com a expansão da fronteira agrícola e a construção de Brasília.

Entretanto, o que mais difere a política de desenvolvimento do período militar das realizadas anteriormente, por essa corrente política brasileira herdada por Vargas, até o último presidente antes do golpe, João Goulart, é a bandeira empreendida pelas forças de ocupação. Os governos anteriores não esconderam o caráter nacionalista de suas políticas, que visavam o fomento e desenvolvimento de uma burguesia nacional, de um mercado produtor sólido; ao passo em que o Governo Militar mitigava a formação de indústrias nacionais para assegurar o domínio estadunidense sobre os recursos naturais brasileiros^{XLIII}.

Segundo Oliveira^{XLIV}, o projeto de ocupação da região amazônica se deu no contexto de incorporação da região ao capital nacional, chamado pelo autor de testa de ferro do capital internacional. Nesse sentido, o autor aponta os governos militares como entreguistas dos recursos e terras nacionais, enxergando a ocupação da Amazônia e de outras regiões nacionais, bem como todos os programas de colonização, desenvolvimento e integração do período, como respostas a esse fim. Entretanto, como destaca Rabello^{XLV}, Oliveira reconhece também a influência do capital nacional nessa prática de desenvolvimento, em que não somente grupos estrangeiros lucraram com a repartição da Amazônia feita pelos militares, como também poucos investidores nacionais.

Apesar disso, o foco da política desenvolvimentista da Ditadura Militar era o capital estrangeiro. Como aponta Galeano^{XLVI}, com o governo de Castelo Branco foi firmado um acordo de garantia de investimentos, a partir do que foi concedido às empresas estrangeiras, virtual extraterritorialidade, tendo medidas de redução dos impostos sobre a renda, além da outorga de facilidades para desfrutar de crédito, empréstimos, isenções fiscais e frouxas leis trabalhistas. Nas palavras do autor, a “ditadura acenava para os capitalistas estrangeiros oferecendo o país como os proxenetas oferecem uma mulher, e destacava seus atributos”^{XLVII}.

Considerações finais

Assim, de um lado, tem-se a Ditadura Civil-Militar, as corporações estrangeiras, latifundiários e uma tímida burguesia nacional, lucrando com o desenvolvimento e integração da economia brasileira; e, de outro, temos as populações indígenas e camponesas, além de outras comunidades tradicionais, que sofreram com a supressão de suas terras. Para os camponeses e pequenos investidores nacionais, as dificuldades e impossibilidades de desenvolvimento se tornaram uma constante, perdendo espaço para a desigual concorrência com o tratamento liberal dado aos estrangeiros no Brasil. Para os indígenas, quilombolas e ribeirinhos, a impossibilidade de dar continuidade à sua própria existência, forçados ao flagelo de relações de etnicidade assimétricas e desrespeitosas, quando não violentas e etno/genocidas, da integração forçada e do esquecimento.

A perda de terras para essas populações, mais que uma questão de sobrevivência, representa uma questão de existência, visto que a vivência e o cotidiano dos povos indígenas se dão diretamente na e com a terra/território, e os recursos naturais nela disponíveis. Nessa conjuntura, as forças militares, muitas vezes confundidas com as políticas nacionalistas, na prática, de nacional pouco

têm, afinal, as políticas empreendidas durante a Ditadura visavam atender aos interesses externos à brasilidade.

A bandeira nacional, hasteada apenas como símbolo dessa parca nacionalidade, esconde os interesses do capital externo, e o verde, amarelo, azul e branco dá lugar à bandeira listrada dos Estados Unidos, com as cores azul e vermelho. Para os brasileiros reais, as populações camponesa, operária, indígenas e tradicionais, esse vermelho é tingido de sangue, violência, censura e repressão, pois, os recursos e possibilidades de desenvolvimento autônomo foram/são, mais uma vez, sequestrados por navios estrangeiros, e que hoje ornamentam a coroa capitalista que recai sobre a cabeça invisível do mercado.

Notas

^I (2017).

^{II} (Marx, 2011, p. 535).

^{III} (Martins, 2019, p. 24).

^{IV} (2019).

^V (2019, p. 197).

^{VI} (2019, p. 192).

^{VII} (IBGE, 2010).

^{VIII} (2011).

^{IX} (Marx, 2011, p. 516).

^X (Marx, 2011, p. 380).

^{XI} (Marx, 2011, p. 189).

^{XII} (2017, p. 77)

^{XIII} Trecho original em espanhol: “pretendía regenerar la democracia y la sociedad (a partir de los valores tradicionales de Brasil, o sea, la familia, el catolicismo, la dominación blanca, etc.) ante el peligro de los movimientos políticos de corte popular al que tanto miedo le tenían las élites”.

^{XIV} (2019).

^{XV} (2017, p. 82-83)

^{XVI} Trecho original em espanhol: “Los militares que protagonizaron la “revolución” de 1964 se percibían a sí mismos como agentes garantes y guardianes de la civilización occidental cristiana que consideraban el alma de Brasil. En este contexto, se propusieron acelerar el proceso de ocupación y dominación deficitaria tradicional del territorio, que les permitiese llevar a cabo con éxito sus objetivos nacionales permanentes de seguridad y desarrollo. Esto llevó inevitablemente a una aceleración del contacto y choque con las poblaciones

nativas que, unidas a esa imagen del sertão indómito y salvaje que se expandía “sin aprovechar”, ocupaban las tierras “vacías”. La ideología militar se asentaba en tradicionales presupuestos de humanización, civilización, integración y valorización del patrimonio económico y territorial de Brasil con la intención de alcanzar los objetivos sociales y políticos tan ansiados. Con este horizonte como telón de fondo, los militares creían que la sociedad entendería la necesidad de la represión y la vigilancia como un sacrificio para alcanzar objetivos más elevados (COELHO, 1998, p. 16- 17). Y a pesar de que ellos creían ser los únicos actores que podían salvar a Brasil de la barbarie del comunismo y el atraso, lo cierto fue que la dictadura militar introdujo al país en un episodio de capitalismo agresivo que supuso la aceleración no solo del ensanchamiento de la brecha de desigualdad clasista y racial, sino también del secular sacrificio indígena.”

^{xvii} (Davis, 1978).

^{xviii} (1978).

^{xix} (1978).

^{xx} (Galeano, 2019, p. 219)

^{xxi} (Galeano, 2019).

^{xxii} (1978).

^{xxiii} (2001, p. 173).

^{xxiv} De acordo com Carlos Fico (2008, p. 98), “a operação envolveu um porta-aviões, um porta-helicópteros, um posto de comando aerotransportado, seis contratorpedeiros (dois equipados com mísseis teleguiados) carregados com cerca de 100 toneladas de armas (inclusive um tipo de gás lacrimogêneo para controle de multidões chamado *CS Agent*) e quatro navios-petroleiros que traziam combustível para o caso de um eventual boicote do abastecimento pelas forças legalistas”.

^{xxv} (Fico, 2008)

^{xxvi} (2001, p. 174).

^{xxvii} (2001, p. 177).

^{xxviii} Sigla referente ao Comando Geral dos Trabalhadores, uma organização sindical brasileira que tinha como objetivo orientar, dirigir e coordenar este movimento no Brasil. (Nota da autora)

^{xxix} (1978).

^{xxx} (2019).

^{xxxi} (Galeano, 2019, p. 221).

^{xxxii} A BR-230, chamada de Transamazônica, projetada durante o governo Médici, foi inaugurada antes de ser concluída no ano de 1972, enquanto parte de um projeto de integração do território nacional, que não mediu esforços ou as consequências para ser efetivado. Esta obra foi apresentada dentro desse projeto, legitimado por um discurso de aproximação e conexão dos pontos longínquos do Brasil ao centro propulsor. Todavia, estas metas não são cumpridas, gerando uma série de desastres para as populações indígenas (Bicalho, 2010, p. 131-132).

^{xxxiii} Vale ressaltar que a modernização capitalista, ao passo em que se baseia no avanço e “progresso” em diferentes dimensões, instaura e reproduz a ideia de atraso das

populações tradicionais, que, de acordo com essa lógica, ao não aderirem a essa visão de mundo predatória, representam o empecilho a ser superado.

xxxiv (Davis, 1978).

xxxv (Davis, 1978, p. 37).

xxxvi (1978).

xxxvii (2019).

xxxviii (Galeano, 2019, p. 305).

xxxix (Neves, 2020; Evangelista, 2018).

xl (2020).

xli (2018).

xlII (Chaul, 2015).

xlIII (Davis, 1978; Galeano, 2019; Oliveira, 1993).

xlIV (1993).

xlV (2003).

xlVI (2019).

xlVII (Galeano, 2019, p. 306).

Referências

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. – 7ª ed. – Rio de Janeiro: Revan; DF: EdUnB, 2001, p. 73-77.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. Goiânia: a capital do sertão. *In*: SILVA, Ademir Luiz da; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de (Orgs.). **Goiânia em mosaico - visões sobre a capital do cerrado**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2015.

DAVIS, Shelton. **Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DECLARATION OF BARBADOS I. IWGIA – Document. **Barbados**, 30 January 1971.

EVANGELISTA, Breno Luiz Tommasi. Ditadura brasileira e questão indígena: entre as lutas por direitos civis e os debates sobre direitos humanos no mundo. **Revista Ars Histórica**, ISSN 2178-244X, nº17, Jul/Dez 2018, p. 18-36.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileiro**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 68-113.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Trad: Sérgio Faraco. – Porto Alegre, RS: L&MP, 2019.

MARTINS, José de Sousa. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. – 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2019.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução: Karina Jannini – 1 ed. – São Paulo: Edipro, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**. *Crítica da Economia Política*. Livro I – O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

NEVES, Fernando Arthur de Freitas. O discurso dos planejadores na Amazônia e a cultura política de realização. **Secuencia**, México, n. 108, 2020.

OLIVEIRA, A. U de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papyrus, 1993.

TRINIDAD, Carlos Benítez. **Um espejo em medio a um teatro de símbolos: el indio imaginado por el poder y sociedad brasileña durante la dictadura civil-militar (1964-1985)**. 2017. 537 f. Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2017.

Recebido: 15/12/2023

Correções: 20/02/2024

Aceito: 20/03/2024